



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/02/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CURSO.....	1 - 2
1.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3
2. JORNAL AQUI	
2.1. INSTITUCIONAL.....	4
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. DESEMBARGADORES.....	5 - 6
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. INSTITUCIONAL.....	7 - 8
4.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	9
4.3. VARAS ESPECIAIS.....	10 - 11
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AVISO.....	12
5.2. DESEMBARGADORES.....	13
5.3. INSTITUCIONAL.....	14
5.4. PRESIDENTE.....	15
5.5. SERVIDORES.....	16
5.6. SISTEMA CARCERÁRIO.....	17 - 18
6. JORNAL EXTRA	
6.1. INSTITUCIONAL.....	19
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. CÂMARA CÍVEL.....	20
7.2. DESEMBARGADORES.....	21
7.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	22 - 23
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. INSTITUCIONAL.....	24
8.2. JULGAMENTOS.....	25
8.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	26
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. COMARCAS.....	27
9.2. DESEMBARGADORES.....	28 - 30
9.3. EDITAL.....	31
9.4. INSTITUCIONAL.....	32
9.5. JUIZADOS ESPECIAIS.....	33
9.6. JULGAMENTOS.....	34
9.7. PRESIDENTE.....	35
9.8. SINDJUS.....	36
9.9. SISTEMA CARCERÁRIO.....	37
9.10. VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS.....	38

JUSTIÇA**Pág. 9**

Prorrogadas inscrições do curso de pós-graduação em Gestão Pública

Prorrogadas inscrições do curso de pós-graduação em Gestão Pública

Os servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão têm até amanhã para realizar inscrição online para concorrer a uma das 320 vagas oferecidas pela Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam) para a especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância.

As normas, disciplinando a prorrogação de prazos das fases do seletivo, foram publicadas na manhã desta terça-feira (31), pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), instituição que por meio de convênio com a esco-

Foto/Divulgação



► Edital de prorrogação já está disponível

la judicial, qualificará os servidores aprovados. As alterações podem ser consultadas no site do Núcleo de Educação a Distância (www.nead.

ufma.br/cacen).

Com base nos novos prazos, os documentos para comprovação de currículo, que incluem diploma de conclusão de

graduação e certificados de capacitação, inclusive em cursos ministrados pela Esmam, deverão ser entregues até o dia 7 de fevereiro de 2012. A divulgação dos resultados, com a listagem dos classificados será feita dia 5 de março de 2012. A matrícula dos selecionados na especialização será realizada nos dias 12 e 16 de março. O início do curso será dia 26 de março de 2012.

Para as cidades de Grajaú, Caxias, Codó, Pinheiro e Imperatriz estão sendo oferecidas 44 vagas, cada uma. A capital conta com cem vagas. Esses serão os polos para os encontros presenciais.

Começam as aulas teóricas do curso de mecânica para apenados

Com as aulas teóricas incluídas no conteúdo programático do curso de mecânica de motos, os 30 egressos do sistema prisional e apenados do regime semiaberto e 10 moradores da comunidade do bairro Coroadinho deram início à primeira etapa da capacitação que tem carga horária de 160 horas.

Resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Defensoria Pública do Estado, Secretaria da Justiça e

Administração Penitenciária (Sejap) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o curso é o primeiro da programação oferecida em 2012, pelo Programa Começar de Novo.

A capacitação em mecânica de motos que também inclui a parte prática acontece no Sítio Piranhenga, no Parque Pindorama, na oficina de mecânica de motos do Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão (Cepromar) - instituição sem

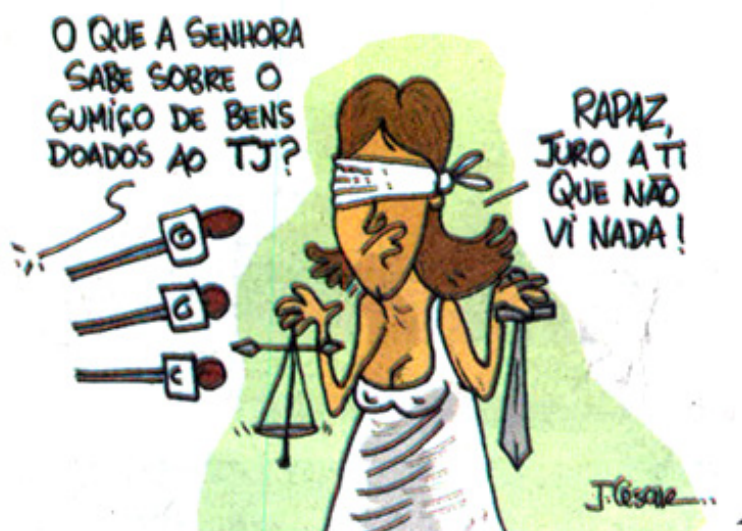
fins lucrativos conveniada com a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP).

As aulas são ministradas gratuitamente pelo Senai, que disponibilizou - além de instrutores do quadro - material didático completo das aulas teóricas e práticas.

Durante este ano, outros cursos de capacitação para reeducandos do sistema prisional serão oferecidos pelo Programa Começar de Novo. O curso de mecânica

de automotores a diesel é um dos que estão previstos no cronograma de 2012.

O coordenador estadual do Programa Começar de Novo, desembargador Froz Sobrinho, destaca que "a oportunidade de profissionalização oferece aos participantes ligados ao sistema prisional benefícios concedidos pela lei penal, pois a cada 12 horas de estudos, capacitação ou trabalho é um dia a menos de pena a cumprir".



Advocacia-Geral da União faz solicitações ao corregedor Cleones Cunha



Cleones Cunha e o advogado-geral da União

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, recebeu na última terça-feira (31), a visita do advogado da União Everton Pacheco e do procurador-chefe da União Ivo Lopes Miranda. Na pauta do encontro, o pedido de alteração no Provimento 01/2010, da CGJ, que dispõe sobre protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa - COA.

PÁGINA 3

Advocacia-Geral da União faz solicitações ao corregedor Cleones Cunha



Cleones Cunha e o advogado-geral da União

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, recebeu na última terça-feira (31), a visita do advogado da União Everton Pacheco e do procurador-chefe da União Ivo Lopes Miranda. Na pauta do encontro, o pedido de alteração no Provimento 01/2010, da CGJ, que dispõe sobre protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa - COA.

Segundo Ivo Lopes Miranda, a extensão interpretativa dos efeitos do referido documento seria bem recebida pela Advocacia-Geral da União. "Estender os efeitos do Provimento 01, de 2010, da Corregedoria Geral da Justiça para as dívidas da União que são resultantes de acór-

dãos do Tribunal de Contas da União seria primordial. Hoje em dia, apenas os títulos representados em Certidão de Dívida Ativa da União, os CDA's, é que tem a possibilidade de pagamento das custas e emolumentos diferenciado de protestos judiciais", destacou o procurador.

Foi solicitado à Corregedoria Geral da Justiça que a União passe, também, a formalizar os protestos de títulos diretamente com o cartório competente, sem o pagamento imediato das custas. "Isso vai viabilizar e contribuir para a recuperação de crédito por parte da União", enfatizou Ivo Miranda.

Um outro assunto tratado foi sobre a eventual instala-

ção de uma central conjunta de mandados e intimações para que processos originários do interior do Maranhão possam vir direcionados para o Tribunal de Justiça. O objetivo é agilizar as intimações da União já diretamente com os autos dos processos.

Esses processos, segundo Ivo Miranda, são relativos a demandas possessórias, usucapião e, eventualmente, alguma sentença de improbidade administrativa. "É fundamental que a advocacia da União possa ter ciência dos autos para poder adotar procedimento competente", disse o procurador.

"O entendimento da conversa foi bastante positivo e a recepção foi muito boa. Deveremos estreitar laços e fortalecer o relacionamento entre os dois órgãos", afirmou Ivo Miranda.

Em relação às solicitações da AGU, o corregedor Cleones Cunha afirmou que não haverá maiores problemas em alterar o Provimento 01/2010, estendendo seus efeitos à União. "No que diz respeito à central conjunta, a Corregedoria vai estudar uma melhor forma de viabilizar a idéia", colocou Cleones Cunha. A reunião contou ainda com a juíza auxiliar da Corregedoria Alice Prazeres.

CIDADE

CORREGEDORIA REÚNE DELEGATÁRIOS DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

A partir deste mês de fevereiro, representantes dos delegatários das Serventias Extrajudiciais da Ilha de São Luís passarão a discutir soluções para enfrentar alguns problemas que há anos impedem uma melhoria na prestação de serviços aos cidadãos. **PAG. 06**

Corregedoria reúne delegatários de Serventias Extrajudiciais



A partir deste mês de fevereiro, representantes dos delegatários das Serventias Extrajudiciais da Ilha de São Luís passarão a discutir soluções para enfrentar alguns problemas que há anos impedem uma melhoria na prestação de serviços aos cidadãos. Esses representantes foram escolhidos e legitimados pelos demais delegatários da Ilha em reunião realizada na segunda-feira (30), no Fórum Des. Sarney Costa.

Integrarão os comitês de discussão, juntamente com a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Alice Prazeres,

os delegatários Felipe Madruga Truccolo, do 1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, Gustavo Coelho, da Serventia Extrajudicial da Raposa, e Ricardo Rizzo, do 2º Ofício Extrajudicial de São José de Ribamar. Além deles, a juíza Jaqueline Caracas, da 1ª Vara de Paço do Lumiar, participará de algumas discussões.

Entre os temas a serem debatidos estão as regras para designação e remuneração de interinos em casos de afastamentos de delegatários titulares, nos casos de investigação de irregularidades, regras para registros civis tardios e atuali-

zação do sistema REGESTA, de emissão de certidões de nascimento, óbitos e casamento.

"Temos várias modificações a fazer na área das Serventias Extrajudiciais, mas antes gostaríamos de ouvi-los. Queremos a participação dos senhores nas mudanças. E podem ter certeza que estou na Corregedoria Geral da Justiça para atendê-los. Não tenham dúvidas de que farei isso com certeza", disse o corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, aos delegatários, na abertura da reunião.

A juíza corregedora Alice Prazeres, que será a responsável pe-

las Serventias Extrajudiciais durante a gestão do desembargador Cleones Cunha, deu prosseguimento à reunião, ressaltando a importância do diálogo entre a CGJ e os delegatários. "Temos que ter a participação dos delegatários nessas mudanças, já que temos que solucionar esses problemas, para que eles não virem problemas maiores para os cidadãos, que dependem desses serviços. E só o delegatário sabe, no dia-a-dia, as dificuldades, a rotina da Serventia", declarou a juíza Alice Prazeres.

Por esse motivo, uma das propostas colocadas em votação pela Corregedoria Geral da Justiça foi a formação de Comissão Processante (quando houver alguma investigação em Serventias Extrajudiciais) por um juiz e dois delegatários, que foi aprovada por unanimidade. Essa participação será feita por revezamento, sendo que o delegatário que estiver respondendo a Procedimento Administrativo Disciplinar estará impedido de compor comissão. Além disso, um dos delegatários terá a mesma função do investigado na comissão; o outro delegatário não, sendo apenas da mesma região.

"Foi uma reunião bastante produtiva, na qual conseguimos criar uma interação maior com os delegatários e já começar a planejar as ações para avançar na prestação dos serviços das Serventias Extrajudiciais", concluiu a juíza corregedora Alice Prazeres.



SEGURANÇA

Reformas em presídios do Maranhão estão aceleradas

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, disse, na última terça-feira, 31, que os trabalhos de ampliação do Centro de Triagem, estão em ritmo acelerado, com previsão de que sejam concluídos no prazo de cinco meses. A obra, que é parte integrante do Centro de Detenção Provisória (CDP), está sendo acompanhada pelo desembargador Froz Sobrinho.

"As obras no prédio onde funcionará a parte administrativa da instituição prisional estão praticamente concluídas. Aqui faltam apenas os arremates finais, que serão concluídos nos próximos dias", garantiu o engenheiro José Carlos Gusmão, acrescentando que o Centro de Triagem, além de passar por uma reforma geral em toda a instalação, vai ser ampliado, pintado e reestruturado. "A idéia é oferecer um mínimo de conforto aos internos. Com a reforma, cada cela terá cinco camas", complementou.

Cumprindo a LEP

Com relação à ampliação do Centro de Triagem, que conta atualmente com três celas, com capacidade para três presos cada uma, o superintendente de Controle e Execução Penal da Capital, Fredson Pinheiro Maciel, informou que a obra

vai desafogar a unidade prisional.

Segundo ele, assim que a construção for concluída, parte dos presos será transferida das celas onde se encontram, para o novo anexo. "Estamos cumprindo com o que determina a Lei de Execuções Penais (LEP) e, vamos oferecer aos internos um lugar mais estruturado para que eles cumpram suas penas".

Instituições beneficiadas

Em três meses de serviço foram concluídas a recuperação de quatro instituições prisionais, dentre elas as Casas do Albergado feminino e masculino (Monte Castelo e Olho d'Água, respectivamente), os Presídios de Timon e o de Paço do Lumiar. As ações são uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap).

As reformas custaram aos cofres públicos algo em torno de R\$ 45 milhões, dos quais R\$ 2 milhões foram destinados à reforma da Penitenciária de Pedrinhas visando reduzir a população carcerária e, desta forma, contribuir decisivamente com os programas de Reintegração Social aos internos, além de cumprir com o princípio constitucional de dar dignidade aos apenados do sistema prisional.

05 Justiça condena Paço do Lumiar a criar abrigos para menores

GERAL



A juíza Jaqueline Reis Caracas, titular da 1ª Vara de Paço do Lumiar, expediu uma liminar obrigando o município, entre outras determinações, a criar um abrigo ou casa de passagem para menores e adolescentes.

Justiça condena Paço do Lumiar a criar abrigos para menores



Juíza Jacqueline Caracas, de Paço do Lumiar

A juíza Jacqueline Reis Caracas, titular da 1ª Vara de Paço do Lumiar, expediu uma liminar obrigando o município, entre outras determinações, a criar um abrigo ou casa de passagem para menores e adolescentes. A ação, do ano de 2006, foi movida pelo Ministério Público e enfatiza a necessidade da criação de programas específicos voltados para proteção integral de menores e adolescentes.

No pedido, o MP observou que, a partir da instalação do Conselho Tutelar em Paço, tornou-se mais eviden-

te e necessária a criação de programas direcionados para proteger crianças e adolescentes em situação de risco. Diversos casos foram detectados no município. Somente nos últimos três meses, houve a necessidade de encaminhar uma criança e dois adolescentes encontrados na rua para um abrigo.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, esse atendimento deve ser municipalizado. O problema é que não há em Paço do Lumiar uma estrutura física e de pessoal para este fim, ou mesmo uma alternativa para casos urgentes.

Ao prolatar a sentença, a juíza observou que, desde o referido período da ação, o município pouco ou nada fez, o que só reafirma a necessidade da tutela antecipada, ou adiantamento total ou parcial dos efeitos do julgamento do mérito. "(...) o cidadão não pode ficar à mercê da vontade política dos governantes e à inércia legislativa (...)" enfatiza na sentença.

Ainda de acordo com a decisão, o problema já foi motivo de muita angústia por parte da magistrada, quando ela respondia pela Vara da Família e da Infância e Juventude. "São frequentes as situações em que não existem saídas para resolver problemas, por falta de políticas públicas voltadas para a criança e para o adolescente. Quando existe a necessidade de afastá-la do seio familiar, não há lugar para ir", ressalta.

O caso mais recente foi de um menor encontrado em situação de rua, em dezembro passado. Os pais são falecidos e o menor apresentava transtornos mentais. Ele teve que ser colocado em abrigo provisório até que se encontrasse uma solução para o caso. Devido a uma intervenção da juíza, o menor

foi acolhido na Casa de Passagem de São Luís.

Ao final, a juíza condenou o município de Paço do Lumiar a: criar e manter dez vagas em abrigo, do tipo casa de passagem; criar e manter tantas vagas necessárias para atender a demanda de município; criar um programa de abrigo de crianças e adolescentes, contemplando inclusive os abrigos residenciais, destinados ao acolhimento de menores em situação de abandono e que não têm perspectiva concreta de reinserção familiar; incluir nas propostas de leis orçamentárias anuais verbas específicas para tais programas com toda a gama de encargos legais que se fizerem necessárias.

Em caso de descumprimento, deverá o gestor municipal pagar R\$ 1 mil por dia, valor esse que será revertido para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A juíza determinou que tanto a Câmara Municipal, quanto o Tribunal de Contas do Estado, encaminhem no prazo de 10 dias, o quadro de detalhamento de despesas referente às leis orçamentárias do município de 2007 a 2010.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2012
Processo n.º. 12.403/2011**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE**, para **Aquisição de água mineral acondicionada em vasilhames plásticos de 20 litros e garrafas plásticas de 1,5 litros, bem como o fornecimento de vasilhames plásticos de 20 litros**, no dia **15/02/2012, às 11:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua do Egito, 144, Centro, CEP 65.010-190, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 1º de fevereiro de 2012.

JOANNE DIAS CUNHA
Pregoeira TJ/MA

- **O desembargador** Jorge Rachid, segundo mais antigo do Tribunal de Justiça, representou o presidente Guerreiro Jr na reabertura do Legislativo.

Corregedoria da Justiça reúne delegatários de Serventias Extrajudiciais

Problemas que impedem a melhoria na prestação de serviços aos cidadãos serão discutidos a partir deste mês por representantes de delegatários da Ilha de São Luís

A partir deste mês, representantes dos delegatários das Serventias Extrajudiciais da Ilha de São Luís passarão a discutir soluções para enfrentar alguns problemas que há anos impedem uma melhoria na prestação de serviços aos cidadãos. Esses representantes foram escolhidos e legitimados pelos demais delegatários da Ilha em reunião realizada no Fórum Des. Sarney Costa.

Integrarão os comitês de discussão, juntamente com a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Alice Prazeres, os delegatários Felipe Madruga Trucolo, do 1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar; Gustavo Coelho, da Serventia Extrajudicial da Raposa, e Ricardo Rizzo, do 2º Ofício Extrajudicial de São José de Ribamar. Além deles, a juíza Jaqueline Caracas, da 1ª Vara de Paço do Lumiar, participará de algumas discussões.

Entre os temas a serem debatidos, estão as regras para designação e remuneração de interinos em casos de afastamentos de delegatários titulares, nos casos de investigação de irregularidades, regras para registros civis tardios e atualização do sistema Regesta, de emissão de certidões de nascimento, óbitos e casamento.

“Temos várias modificações a fazer na área das Serventias Extrajudiciais, mas antes gostaríamos de ouvi-los. Queremos a participação dos senhores nas mu-



O corregedor-geral Cleones Cunha em reunião com os delegatários

danças. E podem ter certeza que estou na Corregedoria Geral da Justiça para atendê-los. Não tenham dúvidas de que farei isso com certeza”, disse o corregedor-geral da Justiça, Cleones Carvalho Cunha, aos delegatários, na abertura da reunião.

Diálogo - A juíza corregedora Alice Prazeres, que será a responsável pelas Serventias Extrajudiciais durante a gestão do desembargador Cleones Cunha, deu prosseguimento à reunião, ressaltan-

do a importância do diálogo entre a CGJ e os delegatários. “Temos que ter a participação dos delegatários nessas mudanças, já que temos que solucionar esses problemas, para que eles não viam problemas maiores para os cidadãos, que dependem desses serviços. E só o delegatário sabe, no dia a dia, as dificuldades, a rotina da Serventia”, declarou a juíza Alice Prazeres.

Por esse motivo, uma das propostas colocadas em votação pela Corregedoria Geral da Justiça foi

“Foi uma reunião bastante produtiva, na qual conseguimos criar uma interação maior com os delegatários”
Alice Prazeres,
juíza corregedora

a formação de Comissão Processante (quando houver alguma investigação em Serventias Extrajudiciais) por um juiz e dois delegatários, que foi aprovada por unanimidade. Essa participação será feita por revezamento, sendo que o delegatário que estiver respondendo a Procedimento Administrativo Disciplinar estará impedido de compor comissão. Além disso, um dos delegatários terá a mesma função do investigado na comissão; o outro delegatário não, sendo apenas da mesma região.

NA EDIÇÃO atual da Revista Imóvel & Negócios (leia-se Pedro Salgueiro e Evandro Júnior), que está circulando, uma reportagem interessante faz uma comparação entre os complexos portuários de Suape, em Pernambuco, e do Itaqui, no Maranhão. A seção "Com a Palavra" é com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

Candidato

O vice-prefeito de São João Batista, Carlos Figueiredo (PMDB), bateu martelo: será candidato a prefeito.

Administrador por formação e analista concursado do Tribunal de Justiça, Figueiredo já está se movimentando na direção das urnas.

Vai defender na campanha um programa de governo voltado para a educação, a saúde, ação social e estradas, principalmente a que liga Bom Viver a São João.

Construção civil receberá mão de obra de internos do sistema prisional

Parceria entre a Sejap, DPE, TJ e construtora será celebrada hoje na Escola de Magistratura

Um termo de parceria entre a Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Construtora Lua Nova vai garantir que 60 internos do sistema prisional maranhense sejam empregados na área da construção civil na capital. A cerimônia que celebra o termo acontece, hoje, às 14h, no auditório da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam).

O secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, explicou que a iniciativa vai beneficiar internos do regime semiaberto e aberto, além de garantir o direito de remissão de pena. "A cada três dias de trabalho um dia é diminuído na sentença do apenado de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP).

Ribamar Cardoso Lima destacou, ainda, o trabalho das Coordenações de Assistência à Psicologia, Assistência Social, Educação, Trabalho e Renda e Apoio aos Egressos. "É um trabalho intersectorial que realiza um levantamento psicossocial dentro e fora do sistema carcerário, pois nosso compromisso não se encerra após o cumprimento da sentença. Com o apoio da construtora Lua Nova e nossos parceiros estamos inserindo também egressos no mercado de trabalho", frisou o secretário-adjunto.

O coordenador de assistência psicológica da Sejap, Ângelo Macedo, informou que os internos são selecionados de acordo com o perfil solicitado pelo empregador. Ele revelou que a Sejap realiza constantemente um levantamento de internos aptos para in-



Cardoso anuncia benefícios

gressar no mercado de trabalho. "Ao todo, 660 internos já passaram por esta avaliação, que é feita por meio de entrevista e questionários nas unidades prisionais", disse.

Ângelo disse que a parceria entre Sejap, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública dá celeridade na resolução de problemas de documentação de internos. "É um trabalho estratégico. A maior dificuldade de inserir um interno no mercado de trabalho é a situação de seus documentos. Portanto a atuação do TJ e Defensoria Pública é fundamental", enfatizou.

Na Coordenação de Apoio aos Egressos e seus Familiares, a socióloga Cândida Dias prevê uma nova realidade no sistema prisional do Estado. Ela revelou que convênios desta natureza são possíveis por conta da criação de uma comissão técnica formada por membros dos três órgãos.

"Todo trabalho desempenhado pelos coordenadores da Sejap é alinhado em reuniões periódicas com membros do Programa Começar de Novo, do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública, com o intuito de promover melhores oportunidades para o sistema prisional", destacou.

Divulgação

Justiça aumenta pressão e interdita três unidades prisionais em Pedrinhas

Central de Custódia e centros de Detenção e Triagem estão impedidos de receber novos detentos; decisão foi considerada precipitada pelo sistema prisional

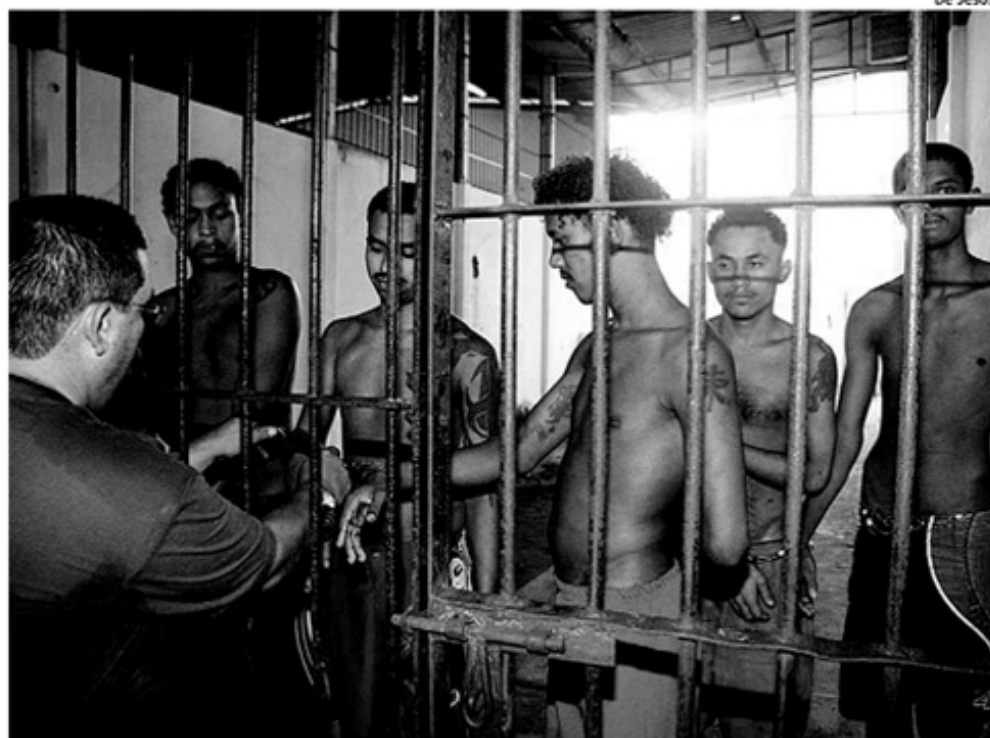
Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

A Justiça do Maranhão determinou ontem a interdição de três unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A decisão foi assinada pelo juiz Douglas Martins, da 2ª Vara de Execuções Penais, após receber relatórios das inspeções feitas no fim do ano passado e que consideraram as cadeias superlotadas e sem condições dignas de abrigar os detentos. A interdição foi parcial na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) e no Centro de Detenção Provisória (CDP) e total no Centro de Triagem.

"No último semestre do ano passado, realizamos diversas inspeções nas unidades prisionais de Pedrinhas. Estiveram à frente desse trabalho a Defensoria Pública Estadual (DPE), o Ministério Público (MP) e o coordenador do Programa Começar de Novo, desembargador Froz Sobrinho. Verificou-se, praticamente, o dobro da capacidade de presos em cada um dos presídios, sem contar a falta de ventilação, iluminação e higiene básica", resumiu o juiz Douglas Martins.

De acordo com o relatório remetido à Justiça, o CDP abriga, atualmente, 640 detentos, quando sua capacidade máxima recomendada é de 402 presos. No caso da CCPJ, cujo limite é de 160 internos, a unidade prisional é ocupada por 308. Uma das situações mais precárias, segundo o juiz, é a do Centro de Triagem, que existe para receber presos em situação de flagrância, mas que acaba guardando os detentos por semanas em condições insalubres.

"Trata-se de uma atitude enérgica, porém necessária, tendo em vista a impossibilidade de essas unidades abrigarem os presos que ali chegam, ou que precisam permanecer por um longo período. É uma pressão que a Justiça faz ao Poder Executivo, mas a avaliamos como positiva, já que o objetivo é cobrar a celeridade da reforma des-



Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) foi uma das unidades interditadas pela Justiça

Mais

O Centro de Triagem de Pedrinhas é formado por apenas duas celas de aproximadamente 3x4 metros cada uma. Segundo analisou a Justiça, a unidade chega a abrigar até 20 presos em cada um dos espaços, e os principais problemas são o calor intenso e o mau-cheiro, causados pelos próprios internos, indignados com as condições em que são submetidos.

nas cadeias", concluiu Douglas Martins, que não teve a decisão apoiada pelos delegados de Polícia Civil, que se preocupam com o retorno dos presos às delegacias.

O superintendente de Polícia Civil da Capital (SPCC), delegado Sebastião Uchoa, considerou precipitada a decisão judicial, pois entende que a proibição de encami-

nhar os presos a Pedrinhas comprometerá os trabalhos de investigação. "Foi uma surpresa negativa, uma atitude precipitada do Poder Judiciário, que poderia ser discutida em uma simples reunião. O que nos preocupa é ter que comprometer a elucidação dos casos, ao fazer carcereiros os nossos policiais", criticou o superintendente.

Reformas e obras - À frente da questão carcerária do estado, a Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária (Saad) também se manifestou acerca das interdições das três unidades de Pedrinhas. O secretário da pasta, João Bispo Serejo, que trabalha em conjunto com a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), afirmou que o problema de superlotação das cadeias em questão começará a ser resolvido nos próximos 20 dias, com a conclusão da reforma do CDP.

"Estamos com 15 operários trabalhando em ritmo acelerado

no CDP e no Centro de Triagem. Hoje [ontem] mesmo contatamos a construtora responsável e ela nos garantiu que a entrega da primeira unidade acontecerá em 20 dias. A segunda, no entanto, será feita em no máximo 45 dias. Entendemos a atitude da Justiça, no entanto, pedimos um pouco mais de paciência, pois neste período estaremos transferindo vários presos para as suas comarcas de origem, no interior do estado", disse Serejo.

O secretário da Saad também aproveitou a oportunidade para divulgar o andamento das obras de pelo menos três CCPJs, nas cidades de Davinópolis, Santa Inês e Bacabal. "As duas primeiras terão capacidade para cerca de 80 presos. Nossa expectativa é de receber essas unidades no mesmo prazo de 20 a 30 dias, no máximo", disse João Bispo Serejo, que também falou sobre a construção do presídio em Imperatriz: "ela abrigará 160 internos e com certeza desafogará o sistema".

NOTA 10

Para a nova sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no Calhau, dotada de salas arejadas, auditório, elevadores e amplo estacionamento. O moderno espaço oferece ótimas condições laborais.

TJ desembarga a Via Expressa

O Tribunal de Justiça, por maioria dos seus membros, suspendeu nesta sexta-feira (31) a eficácia de ato do Município de São Luis que embargou as obras da Via Expressa, permitindo ao Estado do Maranhão a continuidade dos serviços de construção da obra mais importante para São Luís, por possibilitar o descongestionamento do trânsito nessas áreas de grande fluxo, por interligar as avenidas Jerônimo de Albuquerque, Carlos Cunha e Daniel de e adjacência.

ALTERAÇÃO I

* O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, recebeu a visita do advogado da União Everton Pacheco e do Procurador-Chefe da União Ivo Lopes Miranda.

* Na pauta do encontro, o pedido de alteração no Provimento 01/2010, da CGJ, que dispõe sobre protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa - COA.

* Segundo Ivo Lopes Miranda, a extensão interpretativa dos efeitos do referido documento seria bem recebida pela Advocacia-Geral da União.

Reintegração social

Um termo de parceria entre a Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Construtora Lua Nova vai garantir que 60 internos do sistema prisional maranhense sejam empregados na área da construção civil na capital. A cerimônia que celebra o termo acontece, nesta quinta-feira (2), às 14 horas, no auditório da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam). A iniciativa vai beneficiar internos do regime semi-aberto e aberto, além de garantir o direito de remissão de pena, pois a cada três dias de trabalho um dia é diminuído na sentença do apenado de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP).

• Aulas teóricas

Com as aulas teóricas incluídas no conteúdo programático do curso de mecânica de motos, os 30 egressos do sistema prisional e apenados do regime semiaberto e 10 moradores da comunidade do bairro Coroadinho deram início à primeira etapa da capacitação que tem carga horária de 160 horas. Resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Defensoria Pública do Estado, Secretaria da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o curso é o primeiro da programação oferecida em 2012, pelo Programa Começar de Novo. A capacitação em mecânica de motos que também inclui a parte prática acontece no Sítio Piranhenga, no Parque Pindorama, na oficina de mecânica de motos do Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão (Cepromar) - instituição sem fins lucrativos conveniada com a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP).



■ CPI DOS R\$ 73 MI

Deputado insiste em investigar

O deputado estadual Roberto Costa (PMDB) garantiu ontem que, na próxima semana, irá se reunir com outros membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar o destino de R\$ 73,5 milhões provenientes de convênios entre prefeitura e governo do estado para discutir novos encaminhamentos. Os trabalhos da CPI estão suspensos desde meados de janeiro, após decisão da desembargadora Anildes Cruz, que acatou o pedido da Procuradoria Geral do Município

para tornar sem efeito a CPI.

O objetivo da reunião, segundo o peemedebista, será avaliar a situação atual da CPI para oficialmente oferecer um posicionamento sobre os trabalhos que foram realizados. Depois disso, o grupo pretende buscar informações junto ao Tribunal de Justiça do Estado sobre o pedido de revogação da suspensão da CPI.

"Vamos esperar também a decisão do STF. Está muito clara a interferência nos trabalhos do Poder Legislativo e acreditamos que será

uma decisão favorável", declarou.

Costa afirmou que, apesar da suspensão dos trabalhos da CPI pelo Tribunal de Justiça, os membros da comissão continuam confiantes na Justiça maranhense. "Acreditamos que os membros do TJ também serão favoráveis", disse. A decisão da desembargadora foi novamente apontada pelo parlamentar como um equívoco a ser contornado com a apreciação dos demais membros da corte sobre o pedido de revogação.

A reportagem de **O Imparcial** ouviu a deputada estadual Gardênia Castelo (PSDB) sobre o assunto. Para a deputada, "a CPI foi suspensa por conter muitos vícios, principalmente, em sua formação". Gardênia Castelo ataca a intenção política da comissão suspensa. "Ela foi criada para atender interesses políticos por conta da proximidade do período eleitoral. Está suspensa e não cabe a nós parlamentares especularmos sobre as decisões da Justiça", ponderou a deputada.

■ SISTEMA PRISIONAL

Construção civil recebe mão de obra de internos

Um termo de parceria entre a Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Construtora Lua Nova vai garantir que 60 internos do sistema prisional maranhense sejam empregados na área da construção civil na capital. A cerimônia que celebra o termo acontece, nesta quinta-feira (2), às 14 horas, no auditório da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam).

O secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, explicou que a iniciativa vai beneficiar internos do regime semi-aberto e aberto, além de garantir o direito de remissão de pena. "A cada três dias de trabalho um dia é diminuído na sentença do apenado de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP). Ribamar Cardoso Lima destacou, ainda, o trabalho das Coordenações de Assistência a Psicologia, Assistência Social, Educação, Trabalho e Renda e Apoio aos Egressos. "É um trabalho intersetorial que rea-

liza um levantamento psicossocial dentro e fora do sistema carcerário, pois nosso compromisso não se encerra após o cumprimento da sentença. Com o apoio da construtora Lua Nova e nossos parceiros estamos inserindo também egressos no mercado de trabalho" frisou o secretário-adjunto. O coordenador de assistência psicológica da Sejap, Ângelo Macedo, informou que os internos são selecionados de acordo com o perfil solicitado pelo empregador.

60

internos irão trabalhar
na área de construção civil

Ele revelou que a Sejap realiza constantemente um levantamento de internos aptos para ingressar no mercado de trabalho. "Ao todo, 660 internos já passaram por esta avaliação que é feita por meio de

entrevista e questionários nas unidades prisionais". Ângelo disse que a parceria entre Sejap, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública dá celeridade na resolução de problemas de documentação de internos. "É um trabalho estratégico. A maior dificuldade de inserir um interno no mercado de trabalho é a situação de seus documentos; portanto a atuação do TJ e Defensoria Pública é fundamental" enfatizou. Frente a Coordenação de Apoio aos Egressos e seus Familiares, a socióloga Cândida Dias enxerga uma nova realidade no sistema prisional do Estado. Ela revelou que convênios desta natureza são possíveis por conta da criação de uma comissão técnica formada por membros dos três órgãos. "Todo trabalho desempenhado pelos coordenadores da Sejap é alinhado em reuniões periódicas com membros do Programa Começar de Novo, do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública, com o intuito de promover melhores oportunidades para o sistema prisional", destacou.

❖❖ O expediente forense na Comarca de Poção de Pedras ficará suspenso nesta sexta-feira, dia 20 de janeiro, data em que é comemorado o aniversário da cidade.

❖❖ A suspensão foi determinada pela juíza Tereza Cristina Franco Palhares, na Portaria nº 02/2012.

Assembleia recomeça trabalhos e propõe o Dia do Poder Legislativo

A Assembleia Legislativa reiniciou seus trabalhos, na manhã de ontem. Durante a sessão solene, o presidente Arnaldo Melo (PMDB) destacou o trabalho desempenhado na Casa e a apresentação de um projeto resolutivo que criará o Dia Estadual do Poder Legislativo, em 16 de fevereiro. A cerimônia que deu continuidade aos trabalhos da 17ª legislatura foi iniciada com a execução dos hinos nacional e maranhense pelo Coral São João. **PÁGINA 3**

Assembleia recomeça trabalhos e propõe o Dia do Poder Legislativo

A Assembleia Legislativa iniciou, na manhã desta terça-feira (1º), as atividades da segunda sessão solene, o presidente Arnaldo Melo (PMDB) destacou o trabalho desempenhado na Casa e a apresentação de um projeto resolutivo que criará o Dia Estadual do Poder Legislativo, em 16 de fevereiro.

A cerimônia que deu continuidade aos trabalhos da 17ª legislatura foi iniciada com a execução dos hinos nacional e maranhense pelo Coral São João. Logo em seguida uma comissão formada pelos deputados Marcos Caldas (PRB), Edilázio Júnior (PV) e Gardênia Castelo (PSDB) conduziu o secretário municipal Clodomir Paz, a desembargadora Anildes Cruz, o procurador Eduardo Nicolau e o advogado Edmar Serra Cutrim, que na oportunidade respectivamente representaram a prefeitura de São Luís, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a procuradoria-geral de Justiça e o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Outra comissão composta pelos deputados Carlos Alberto Milhomem (PSD), Manoel Ribeiro (PTB) e Neto Evangelista (PSDB), conduziu o desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf Filho e o secretário estadual Luís Fernando Silva, representantes do Tribunal de Justiça e governo do Estado, para também comporem a Mesa.

Logo em seguida, a atriz Leda Nascimento interpretou poemas da autoria de Tiago de Melo, sobre a Educação e a conquista da liberdade, além de fragmentos de obras de diversos poetas



Arnaldo Melo discursa na sessão solene de reabertura da Assembleia Legislativa

maranhenses como Agostinho dos Reis, Américo Dias, Bandeira Tribuzi, José Chagas e Ferreira Gullar, como forma de homenagear a passagem dos 400 anos de São Luís, que serão comemorados em setembro.

Após a leitura da mensagem governamental, feita pelo secretário chefe da Casa Civil, Luís Fernando Silva, o presidente Arnaldo Melo iniciou seu discurso cumprimentando e agradecendo a presença de todos os representantes dos três poderes e os demais parlamentares. Ele

ressaltou ser 2012 um ano significativo, principalmente por se tratar de ano eleitoral e quando se celebra o quarto centenário da capital maranhense.

Em suas palavras, Arnaldo Melo fez um apanhado histórico sobre as formas de organização política, passando da Monarquia até chegar ao Estado Moderno Republicano, quando os parlamentos passaram a ter uma importância mais significativa ainda para as sociedades.

Melo aproveitou para anunciar que amanhã apresentará um

Projeto de Resolução Legislativa instituindo as datas de 16 de fevereiro como o Dia Estadual do Poder Legislativo, como forma de celebrar os esforços de todos aqueles que compuseram e fazem a Casa.

"Esta é uma forma de dar mais brilho ao Poder Legislativo que é onde a voz do povo tem ressonância, onde se discutem os problemas da sociedade e que é responsável por fazer o equilíbrio entre os poderes Judiciário e Executivo. Por isso é importante resgatar o esforço.

Luís Fernando Silva apresenta balanço do governo em início dos trabalhos da AL

GERALDO FURTADO

O balanço das ações do governo do Estado referente ao ano de 2011 foi apresentado, ontem (1º), pelo secretário chefe da Casa Civil, Luís Fernando Silva, representando a governadora Roseana Sarney, durante sessão solene de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa. A solenidade foi coordenada pelo presidente da Casa, deputado Arnaldo Melo.

Também presentes os secretários estaduais de Assuntos Políticos, Hildo Rocha; de Desenvolvimento Social, Francisco Gomes; de Cultura, Luís Bulcão; e a da Mulher, Catharina Bacelar. Participaram, ainda, o desembargador Jorge Rachid, representando o Tribunal de Justiça do Maranhão; a presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Anildes Cruz; o procurador de Justiça em exercício, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; entre outras autoridades civis e militares, parlamentares e convidados.

Luís Fernando Silva destacou investimentos e metas. "A prioridade do governo é a erradicação da pobreza extrema. Um leque de ações está sendo trabalhado com esse objetivo, incluindo programas sociais, educacionais e de qualificação profissional do jovem, além de ações de incentivo à produção agrícola e pesca, que visam o incremento da renda das famílias maranhenses", afirmou.

O secretário destacou que a governadora Roseana Sarney espera continuar trabalhando com o apoio do Poder Legisla-



Secretário Luís Fernando Silva elencou as ações do governo do Estado

tivo e do Judiciário. "O governo vai continuar investindo no desenvolvimento sustentável do Maranhão, na dinamização de sua economia, na assistência e promoção do social e na defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental dos maranhenses", declarou.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo, agradeceu e reforçou o apoio e a confiança no governo Roseana. "Esperamos continuar essa parceria de trabalho em prol dos maranhenses", destacou.

Na ocasião, ele divulgou que a previsão de orçamento para o período legislativo em 2012 será correspondente a 2,2% do total da arrecadação do Estado.

Ampliação de investimentos
– Ao apresentar a mensagem governamental, o secretário expôs um balanço positivo das ações, iniciando a prestação de contas. Ele revelou que os investimentos em 2011 foram ampliados em 16,4%, garantindo R\$ 1,35 bilhão em obras e programas, atendendo, desta maneira, parte das demandas dos deputados estaduais.

Entre as metas estaduais, o aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), que representa recursos próprios para incrementos.

O governo do Estado inovou no modelo de planejamento ao construir o Plano Plurianual 2012/2015 com a efetiva participação da classe política, governos municipais e sociedade civil durante os Seminários Regionais de Lideranças, catalogando mais de 2.370 propostas, parte delas já atendida por meio de convênios assinados no final de 2011.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Rua Professor Carlos Cunha, S/N Calhau
CEP: 65 020-440 São Luís MA
☎ (098) 2106-9657

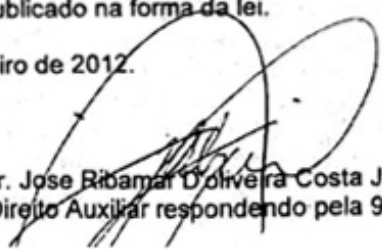
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 3379-83.2006.8.10.0001
Denominação : Condenatória
Parte(s) Requerente(s) : CENTRO DA CONSTRUCAO LTDA -
MARCOPOLO
Parte(s) Requerida (s) : GEOBRA EMPREENDIMENTOS E
CONSTRUÇÕES LTDA

Citando(a) (s): GEOBRA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA,
com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da pessoa jurídica acima nomeada, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá início findo o lapso temporal de trinta dias indicado neste, sob as cominações da revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 11 de Janeiro de 2012.


Dr. Jose Ribamar D. Oliveira Costa Junior
Juiz de Direito Auxiliar respondendo pela 9ª Vara Cível

Corregedoria reúne delegatários de Serventias Extrajudiciais

A partir desde mês de fevereiro, representantes dos delegatários das Serventias Extrajudiciais da Ilha de São Luís passarão a discutir soluções para enfrentar alguns problemas que há anos impedem uma melhoria na prestação de serviços aos cidadãos. Esses representantes foram escolhidos e legitimados pelos demais delegatários da Ilha em reunião realizada na segunda-feira (30), no Fórum Des. Sarney Costa.

Integrarão os comitês de discussão, juntamente com a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Alice Prazeres, os delegatários Felipe Madruga Truccolo, do 1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar, Gustavo Coelho, da Serventia Extrajudicial da Raposa, e Ricardo Rizzo, do 2º Ofício Extrajudicial de São José de Ribamar. Além deles, a juíza Jaqueline Caracas, da 1ª Vara de Paço do Lumiar, participará de algumas discussões.

Juizado Especial de Trânsito está com atendimento suspenso temporariamente

A Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais informa que o atendimento no Juizado Especial de Trânsito está suspenso temporariamente. A medida foi tomada por causa de problemas na rede lógica do Juizado.

Todas as providências para solucionar os problemas já estão sendo tomadas pela Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça do Maranhão. Tão logo os problemas sejam resolvidos, o atendimento será normalizado.

Decon e Procon fazem reunião com clientes lesados por compra premiada

MAURO WAGNER

Representantes da Delegacia do Consumidor, vinculada à Secretaria de Segurança Pública (SSP), e da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SediHC), promoveram reunião com os clientes lesados por empresa de Compra Premiada.

O encontro teve como objetivo orientar os consumidores quanto aos procedimentos a serem adotados em relação à fraude no sistema. A reunião aconteceu, no Auditório da Secretaria de Estado das Cidades (Secid), na tarde de ontem (1º), e contou com a presença de centenas de clientes lesados.

Também presentes, a titular da Delegacia do Consumidor, delegada Uthânia Vanderlene Gonçalves; o gerente do Procon/MA, Felipe Camarão; e o assessor técnico do órgão, Anderson Nogueira.

Na ocasião, a delegada Uthânia explicou aos consumidores presentes o trâmite do inquérito criminal aberto pela Polícia Civil em desfavor das duas lojas Eletromil, uma localizada na Avenida Guajajaras, no Bairro do São Cristóvão, e outra no São Francisco, onde funcionava venda de móveis e o Sistema de Compra Premiada.

Segundo ela, o inquérito será concluído num prazo de 15 dias, após a oitiva de alguns dos clientes lesados pela loja. Ao fim das investigações, a sindicância será encaminhada ao Poder Judiciário.



Gerente do Procon, Felipe Camarão, explica os trâmites do processo contra a empresa

rio. Ainda, segundo a Delegada Uthânia, a ação dos proprietários dos dois estabelecimentos comerciais configura como sendo crime contra as relações de consumo, baseada no artigo VII da Lei 8.137.

"A partir do momento em que a empresa não faz cumprir as diretrizes do contrato estabelecido entre ela e seus clientes, resulta de uma indução do consumidor em erro", disse Uthânia.

Segundo a gerência do Pro-

con, um acordo foi assinado entre os sócios-proprietários dos dois estabelecimentos comerciais a fim de regularizar a situação do sistema de Compra Premiada. O prazo estabelecido na negociação com os órgãos estaduais e a empresa Eletromil para o cumprimento é de até 32 meses. As duas lojas voltarão a abrir as portas hoje (2), em troca da entrega dos prêmios pendentes aos clientes que já quitaram seu plano bem como aos contemplados.

A delegada do Consumidor alerta os consumidores para ficarem atentos aos seus direitos. Segundo ela, as vítimas que foram lesadas pela empresa, devem tirar a cópia de todos os documentos e do contrato, para registrar o boletim de ocorrência na Delegacia. Depois, devem ir ao Procon/MA, para os devidos registros. Os consumidores podem, também, entrar com uma ação na Justiça para restituição dos valores pagos.

■ Esvaziado

Sobraram salgadinhos e refrigerantes na solenidade de abertura dos trabalhos do Poder Legislativo, realizada na manhã de ontem.

Assessores da Casa atribuíram a baixa frequência de público ao não comparecimento da governadora Roseana Sarney, que foi representada pelo Chefe da Casa Civil, Luis Fernando Silva.

■ Ausentes

Faltaram à solenidade de abertura dos trabalhos legislativos, além da governadora Roseana Sarney, o prefeito João Castelo e o presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior.

Foram representados pelo secretário Clodomir Paz e pelo desembargador Jorge Rachid, respectivamente.

Compareceram apenas o presidente do TCE, Edmar Cutrim, e a presidente do TRE-MA, desembargadora Anildes Cruz.

Sindjus convoca reunião com aprovados em concurso público para Oficial de Justiça

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA) convida todos os aprovados no último concurso para Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Maranhão, que aguardam nomeação, a participarem de uma reunião plenária que acontecerá na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), no Bairro do Calhau, na próxima segunda-feira (6), às 18h30.

O objetivo do encontro é mobilizar os aprovados no referido concurso em prol da prorrogação do prazo de validade mesmo por mais dois anos. Em 2009, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou concurso público para o cargo de oficial de justiça, havendo ainda 153 excedentes na fila de espera para nomeação. Mas o prazo de validade do referido concurso expira no dia 3 de março.

Por isso, o Sindjus decidiu mobilizar os excedentes e a sociedade civil em geral para que consigam sensibilizar a administração do Judiciário estadual para a necessidade de prorrogação do prazo de validade do referido certame.

De acordo com o presidente do Sindjus Anibal Lins, caso o

prazo de validade do concurso não seja prorrogado, isto trará grave lesão ao interesse público e ao funcionamento da Justiça do Maranhão. "Um novo concurso vai demorar, no mínimo, um ano para ser concluído. Nesse período, o Tribunal de Justiça não vai poder nomear ninguém para o cargo de oficial de justiça, pois não há outro concurso pronto para ser homologado. Como existem ainda 153 excedentes aguardando nomeação, será um contra-senso o concurso não ser prorrogado", declarou.

O Sindjus convidou representantes da sociedade civil e do mundo jurídico para a reunião com os aprovados no concurso de oficial de justiça, em busca de apoio para a prorrogação do prazo de validade do concurso de 2009. "A prorrogação do concurso atualmente em vigor não impede do Tribunal de Justiça de abrir inscrições para um novo certame, além do que a prorrogação é necessária para preservar o interesse público de evitar descontinuidade administrativa nas comarcas por falta de servidores nas funções de oficial de justiça", declarou Anibal Lins.

Construção civil recebe egressos do sistema prisional do Maranhão

Um termo de parceria entre a Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Construtora Lua Nova vai garantir que 60 internos do sistema prisional maranhense sejam empregados na área da construção civil na capital. A cerimônia que celebra o termo acontece, hoje (2), às 14h, no auditório da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam).

O secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, explicou que a iniciativa vai beneficiar internos do regime semi-aberto e aberto, além de garantir o direito de remissão de pena. "A cada três dias de trabalho um dia é diminuído na sentença do apenado de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP).

Ribamar Cardoso Lima destacou, ainda, o trabalho das Coordenações de Assistência a Psicologia, Assistência Social, Educação,

Trabalho e Renda e Apoio aos Egressos. "É um trabalho inter-setorial que realiza um levantamento psicossocial dentro e fora do sistema carcerário, pois nosso compromisso não se encerra após o cumprimento da sentença. Com o apoio da construtora Lua Nova e nossos parceiros estamos inserindo também egressos no mercado de trabalho", frisou o secretário-adjunto.

O coordenador de assistência psicológica da Sejap, Ângelo Macedo, informou que os internos são selecionados de acordo com o perfil solicitado pelo empregador. Ele revelou que a Sejap realiza constantemente um levantamento de internos aptos para ingressar no mercado de trabalho. "Ao todo, 660 internos já passaram por esta avaliação que é feita por meio de entrevista e questionários nas unidades prisionais".

Ângelo disse que a parceria entre Sejap, Tribunal de Justiça e

Defensoria Pública dá celeridade na resolução de problemas de documentação de internos. "É um trabalho estratégico. A maior dificuldade de inserir um interno no mercado de trabalho é a situação de seus documentos; portanto a atuação do TJ e Defensoria Pública é fundamental", enfatizou.

Frente a Coordenação de Apoio aos Egressos e seus Familiares, a socióloga Cândida Dias enxerga uma nova realidade no sistema prisional do Estado. Ela revelou que convênios desta natureza são possíveis por conta da criação de uma comissão técnica formada por membros dos três órgãos.

Delegacia Geral e SPCC pedem anulação de interdição no sistema prisional

A Delegacia Geral e a Superintendência de Polícia Civil da Capital pediram na terça-feira (31), por meio de ofício, ao juiz da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), Douglas de Melo Martins, que reavalie a decisão que inviabiliza a entrada de presos nas unidades prisionais da capital, que está vigorando desde o dia 30 de janeiro.

Para o superintendente de Polícia Civil da Capital, delegado Sebastião Uchoa, a interdição foi uma surpresa tanto para a SPCC quanto para a Delegacia Geral, uma vez que nenhum dos órgãos foi consultado sobre

a decisão. “Os presos têm de ser encaminhados às unidades prisionais apropriadas, ou caso contrário não teremos mais condições de cumprir mandados e lavrar prisões em flagrante, tanto as efetuadas pela Polícia Civil, como pela Militar”, afirmou o delegado Uchoa.

Por conta dos problemas que podem acarretar nas delegacias, como superlotação e falta de condições apropriadas para alocar os detentos, o delegado Sebastião Uchoa pede que o juiz da 2ª VEP reveja a medida.

(Por Samantha Fernandes)